

interceptação

TELFÔNICA

@beatriznamiestudies

- lei 9.296/96 - com atualizações do pacote anticrime

→ **natureza jurídica**: trata-se de meio de obtenção de prova. Por meio dele, será possível obter provas de existência da infração investigada ou outras descobertas fortuitamente e da autoria delitiva.

- ▶ buscar a materialidade e autoria

→ **quebra de sigilo**: não confunda a interceptação telefônica com a quebra do sigilo de dados telefônicos. A quebra de sigilo de dados está relacionada ao registro de dados documentados e armazenados pelas empresas de telefonia. Destaca-se que a quebra de sigilos de dados telefônicos não está sujeita à cláusula de reserva de jurisdição.

▶ **ex**: a Comissão Parlamentar de Inquérito pode determinar essa quebra de sigilo de dados telefônicos, com base no art. 58, § 3º da CF.

- art. 13-A CPP, art. 17-B lei 9613/98 - independentemente de autorização judicial, art. 15 lei 12950/13.

▶ A finalidade da interceptação é colher elementos probatórios no âmbito da investigação criminal ou na esfera processual penal.

→ **NÃO CABIMENTO**: art. 2º lei 9296/96

▶ Interceptação por prospecção seria aquela interceptação telefônica decretada pela autoridade judiciária competente antes da prática criminosa.

• **NÃO** é válido esse tipo de interceptação

→ **Serendipicidade**: a descoberta fortuita de provas de autoria ou materialidade - pode ser classificada em duas modalidades:

a) serendipicidade de 1º grau: ocorre quando há descoberta de provas de outra infração penal que tem relação de continência ou conexão

com a infração penal investigada.

b) Serendipicidade de 2º grau: ocorre quando não existe qualquer relação de conexão ou continência entre a infração penal descoberta e a infração penal investigada.

► É possível usar elementos probatórios de crime punido com detenção resultante de encontro fortuito de provas?

Desde que a interceptação telefônica tenha sido decretada originariamente p/ investigar um delito apenado com reclusão, não há qualquer empecilho p/ que os elementos probatórios colhidos nessa medida sejam empregados também p/ o crime sancionado com detenção.

↳ **ex:** interceptação telefônica decretada p/ investigar o delito de tráfico de drogas, porém durante a interceptação telefônica descobre-se a prática de um crime punido com detenção (ameaça).

@beatriznamiestudies

↳ **crime:** interceptação ou quebra de sigilo sem autorização judicial

► art. 10

► art. 8º - A: captação ambiental

↳ sem autorização judicial é crime